

Direito Constitucional + Eleitoral

GRUPO I | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

Um governador eleito por determinado partido decide, no curso do mandato, desfiliar-se da legenda e ingressar em outro partido. O partido de origem requer judicialmente a perda do mandato por infidelidade partidária, invocando a jurisprudência do STF sobre fidelidade partidária.

- a) A fidelidade partidária possui fundamento constitucional?
- b) Por que o STF estabeleceu tratamento diferente entre eleições proporcionais e majoritárias?
- c) A decisão significa que o mandato majoritário pertence juridicamente ao candidato, e não ao partido?

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Em determinado município, um partido apresenta número suficiente de candidatas mulheres para cumprir formalmente a cota prevista na legislação eleitoral. Após o registro, porém, verifica-se que algumas candidatas não realizaram campanha, não obtiveram votos, não receberam recursos significativos e sequer praticaram atos destinados à disputa eleitoral. Os recursos do partido foram concentrados nas candidaturas masculinas. Após as eleições, o Ministério Público Eleitoral sustenta a existência de candidaturas femininas fictícias, destinadas apenas ao cumprimento formal da cota legal, e requer a cassação dos registros ou diplomas relacionados à fraude.

- a) A exigência legal de percentual mínimo de candidaturas de cada sexo constitui simples regra administrativa de registro ou concretiza um direito fundamental de participação política?
- b) Quais elementos podem ser considerados para caracterizar fraude à cota de gênero e quais são as consequências eleitorais dessa prática?
- c) Como a proteção constitucional da igualdade material e dos direitos políticos das mulheres deve influenciar a interpretação das normas relativas à participação feminina nas eleições?

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

Partidos políticos que concorrem separadamente nas eleições proporcionais pretendem transferir recursos do Fundo Partidário e do FEFC entre candidatos de diferentes legendas, alegando autonomia partidária e liberdade de organização interna.

- a) A autonomia partidária permite a livre transferência de recursos públicos eleitorais entre partidos distintos?
- b) Qual foi a razão pela qual o STF manteve, na ADI 7.214, a proibição de repasses entre partidos não coligados?
- c) Como a vedação das coligações nas eleições proporcionais interfere na solução constitucional da controvérsia?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

Durante uma eleição municipal, determinado líder religioso, utilizando-se de sua posição de destaque perante a comunidade, passa a recomendar reiteradamente que os fiéis votem em determinado candidato. Nas manifestações, afirma que o voto no candidato seria um “dever de consciência” e que aqueles que votassem em seu adversário estariam contrariando os valores defendidos pela comunidade religiosa. O Ministério Público Eleitoral sustenta que a conduta configura abuso do poder religioso, enquanto a defesa invoca a liberdade religiosa e a liberdade de expressão.

- a) A liberdade religiosa e a liberdade de expressão impedem a responsabilização eleitoral de líderes religiosos que manifestem preferência por determinado candidato?
- b) Em que circunstâncias a atuação de autoridade religiosa pode caracterizar abuso do poder apto a comprometer a legitimidade do processo eleitoral?
- c) Como devem ser conciliadas a liberdade religiosa, a liberdade de expressão e a normalidade e legitimidade das eleições, especialmente diante da utilização da estrutura de uma organização religiosa para influenciar o eleitorado?